



PACTO PELAS JUVENTUDES

Construindo um futuro melhor
para as cidades

CONJUVE
CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE



Mesa Diretora

Bruna Chaves Brelaz - Presidência
 Cristiana Paiva Gomes - Vice-Presidência
 Rodrigo Vanderlei de Lima - Secretária Geral
 Matheus Diniz de Souza - Secretária Executiva

Coordenação do Pacto pelas Juventudes

<p>Comissão de Articulação e Diálogo Nádia Beatriz Martins Garcia Pereira - Presidência Marcele de Albuquerque Cortez - Vice-Presidência</p>	<p>Comissão de Assuntos Parlamentares Pedro Henrique Silva Mendes dos Reis - Presidência Letícia Oliveira Gaia - Vice-Presidência</p>
---	--

COMISSÕES

Comissão de Relações Internacionais

Raffaella Souza Mendes Silva - Presidência
 Marcele de Albuquerque Cortez - Vice-Presidência

Comissão de Programas e Políticas

Arthur Luís Mendes Silva - Presidência
 Erika Waleria Paulino da Silva - Vice-Presidência

Comissão de Meio Ambiente, Mudanças do Clima e Justiça Climática

Nelson Rafael Araújo da Gama - Presidência
 Luciano Frontelle de Paula Filho - Vice-Presidência

Comissão de Educação

Marcelo Acácio da Silva - Presidência
 Julia Köpf - Vice-Presidência

Comissão de Inclusão Produtiva e Emprego

Rodrigo de Oliveira Callais - Presidência
 Emanuelle Kisse dos Santos Pereira - Vice-Presidência

GRUPOS DE TRABALHO

Grupo de Trabalho de Povos, Comunidades Tradicionais, Agricultura Familiar e Camponesa

Darlienne Souza Lemos - Coordenação

Grupo de Trabalho de Cultura

Telmiston Pereira Carvalho Filho Guajajara - Coordenação

Grupo de Trabalho de Diversidade e Gênero

Ingrid Guzeloto Ramos Ferreira - Coordenação

Grupo de Trabalho de Comunicação

Gustavo Leonardo Barreto Silva - Coordenação

Grupo de Trabalho de Formação de Conselheiros

Diego Bezerra Alves - Coordenação

Conselheiros Titulares - Sociedade Civil

Telmiston Pereira Carvalho Filho Guajajara
Instituto Circuito Universitário de Cultura e Arte da UNE
Artísticas e Culturais

Emanuelle Araújo Borges
Casa Brasileira de Pesquisa e Cooperação Do Campo

Mônica Bufon
Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG Do Campo

Marcelo Acácio da Silva
União Nacional dos Estudantes Estudantis

Hugo do Carmo Silva
União Brasileira dos Estudantes Secundaristas Estudantis

Arthur Luís Mendes Silva
Coletivo Estudantil ParaTodos Estudantis

Leonardo Matheus de Souza Ribeiro
Nação Hip Hop Brasil
Hip Hop

Keully Meireles Leal
União Brasileira de Mulheres - UBM Feministas

Julia Köpf
Coletivo ParaTodas Feministas

Emanuelle Kisse dos Santos Pereira
Coletivo Nacional de Juventude Negra - Enegrecer
Combate ao Racismo

Erika Waleria Paulino da Silva
União de Negros e Negras pela Igualdade - UNEGRO
Combate ao Racismo

Ingrid Guzeloto Ramos Ferreira
Articulação Brasileira de Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis - ArtJovem LGBT
LGBTQIA+

Conselheiros Suplentes - Sociedade Civil

Alexssia Eshiley Reis Araújo
Circuito de Cultura Secundarista - Circus da UBES Artísticas e Culturais

Renata Menezes da Silva
Casa Brasileira de Pesquisa e Cooperação Do Campo

Thaís Daiane Silva de Lucena
Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG Do Campo

Adalberto Gomes da Silva Júnior
Associação Brasileira dos Cursinhos Universitários Populares Estudantis

Gabriel Nepomuceno Frota
União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES Estudantis

Adrielle Vitoria da Silva de Andrade
Federação Nacional dos Estudantes de Direito - FENED Estudantis

Gabriel Henrique Carneiro da Cunha
Nação Hip Hop Brasil
Hip Hop

Jéssica Lima Oliveira
União Brasileira de Mulheres - UBM Feministas

Nayan Silva de Aviz
Coletivo ParaTodas Feministas

Ludmila Oliveira Matos Brasil Fernandes
Coletivo Nacional de Juventude Negra - Enegrecer
Combate ao Racismo

Marcos Kaue Ferreira de Queiroz
Congresso Nacional Afro-Brasileiro - CNAB
Combate ao Racismo

Miqueias Oliveira dos Santos
Articulação Brasileira de Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis - ArtJovem LGBT
LGBTQIA+

Gabriel Ricardo de Moura
Centro Nacional de Africanidade e Resistência
Afro Brasileira - CENARAB
Inter-Religioso

Sarah Suzan Souza Reis
Pastoral Juvenil da Comissão Episcopal para
Juventude da CNBB - Conferência Nacional dos
Bispos do Brasil
Inter-Religioso

Rodrigo de Oliveira Callais
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do
Brasil - CTB
Trabalhadores Urbanos

Cristiana Paiva Gomes
Central Única dos Trabalhadores - CUT
Trabalhadores Urbanos

Letícia Oliveira Gaia
Juventude do Movimento Democrático Brasileiro
- JMDB
Político-Partidário

Nádia Beatriz Martins Garcia Pereira
Partido dos Trabalhadores - PT
Político-Partidário

Marta Rayane da Silva Gomes
Centro de Estudos Brasil Popular
Comunitário e Moradia

João Victor Gomes de Oliveira Pankararu
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB
Indígena

Nelson Rafael Araújo da Gama
Juventude em Rede Nacional
Meio Ambiente e Clima

Luciano Frontelle de Paula Filho
Partido Verde
Meio Ambiente e Clima

Munyk Goulart Nogueira
Fórum Nacional de Segurança Alimentar e
Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz
Africana - FONSANPOTMA
Comunidades Tradicionais

Elias Gabriel Costa da Silva
Confederação Brasileira de Empresas Juniores -
Brasil Júnior
Juventude Empreendedora

Michelle de Araújo Pessoa
Centro Nacional de Africanidade e Resistência
Afro Brasileira - CENARAB
Inter-Religioso

Fábio Garcia Pereira Junior
Pastoral Juvenil da Comissão Episcopal para
Juventude da CNBB - Conferência Nacional dos
Bispos do Brasil
Inter-Religioso

Wilson Antônio Ferreira Costa
Associação de Líderes para o Desenvolvimento
Sustentável
Trabalhadores Urbanos

Luiz Felipe Krehan da Silva
Confederação Nacional dos Trabalhadores em
Educação - CNTE
Trabalhadores Urbanos

Ana Paula Simão Cardoso de Moura
Juventude Socialista Brasileira - JSB
Político-Partidário

Ana Patrícia de Sousa Santiago
União da Juventude Socialista - UJS
Político-Partidário

Lizandra Dawany Bispo dos Santos
Central de Movimentos Populares Brasil - CMP
Comunitário e Moradia

Samuel de Sousa
Coordenação das Organizações e Articulações
dos Povos Indígenas do Maranhão - COAPIMA
Indígena

Murilo Pina Bluma
Instituto Vivereh
Meio Ambiente e Clima

Bruno Cardozo Tresbach
Associação Plant for the Planet Brasil
Meio Ambiente e Clima

Verônica Maria Correa da Silva
Fórum Nacional de Segurança Alimentar e
Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz
Africana - FONSANPOTMA
Comunidades Tradicionais

Marcus Vinícius Mafia Vieira
Confederação Nacional de Jovens Empresários -
CONAJE
Juventude Empreendedora

Rogean Vinícius Santos Soares
Associação Nacional de Pós-Graduandos - ANPG
Jovens Cientistas

Pedro Henrique Silva Mendes dos Reis
Instituto Nacional de Desenvolvimento Socioeconômico - INDS
Região Norte

Marcele de Albuquerque Cortez
Fundação João Mangabeira - FJM
Região Nordeste

Francisco Rafael Mesquita Bezerra
Fundação Cultural Nipônica Brasileira
Região Centro-Oeste

Arthur do Vale Zucoloto
Associação Internacional de Estudantes de Economia e Ciências Comerciais no Brasil - AIESEC no Brasil
Região Sudeste

Lucas Lahoni Soares Raposo Arcega
União dos Escoteiros do Brasil - UEB
Região Sul

Lucas Gomes Chen
Centro Popular de Cultura 8 de Março
Cultura

Rodrigo Vanderlei de Lima
Associação Movimento Mapa Educação
Educação

João Vitor Brasil Carvalho
Instituto Reviver
Esporte e Lazer

Sirely Dimitrius Borges Chaves
Movimento Orgulho Autista Brasil - MOAB
Pessoas Jovens com Deficiência

Gustavo Leonardo Barreto Silva
SaferNet Brasil
Mídias e Comunicação

Raffaella Souza Mendes Silva
TETO Brasil
Território e Mobilidade

Amanda Gregorio dos Santos
Fundação José Luiz Egydio Setúbal - FJLES
Saúde

Beatrice Fontenelle-Weber
Rede Desajuste, Economia Fora da Curva
Jovens Cientistas

Darlienne Souza Lemos
Instituto Nacional de Desenvolvimento Socioeconômico - INDS
Região Norte

André Lucas Fernandes
Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife - IP.REC
Região Nordeste

Ana Paula Pinto Silva
Inspetoria São João Bosco - CESAM
Região Centro-Oeste

Diego Bezerra Alves
Rede Cidadã
Região Sudeste

Luiz Mateus Cardoso
Junior Chamber International Brasil - JCI Brasil
Região Sul

Larissa da Silva Fontana
Centro de Estudos e Memória da Juventude - CEMJ
Cultura

Diogo Bezerra da Silva
Mais!Code Educação Tecnológica
Educação

Gabriel Serra Ferreira de Brito
Federação de Bandeirantes do Brasil
Esporte e Lazer

Giovanna Brandão Silva Lima
Federação Nacional das Associações Pestalozzi - FENAPESTALOZZI
Pessoas Jovens com Deficiência

Júlia Lanz Monteiro
Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social
Mídias e Comunicação

Aline Lima de Sousa
Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM
Território e Mobilidade

Juliana Maria Pereira Fleury
Associação Pela Saúde Emocional de Crianças - ASEc+
Saúde

Eduardo Lacerda Rocha Santos
Instituto Realizar
Segurança e Acesso à Justiça

Fabiana Cecy Magalhães
Fundação Roberto Marinho
Direitos Humanos

Conselheiros Titulares - Poder Público

Marilda Oliveira de Britto Cohen
Ministério das Cidades

Bruna Chaves Brelaz
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Lucileine da Silva Souza
Ministério da Cultura

Maria Eduarda Vasconcelos
Ministério do Desenvolvimento Agrário e
Agricultura Familiar

Jéssica Leite Silva
Ministério do Desenvolvimento Social,
Assistência, Família e Combate à Fome

Carmen da Silva Ferreira
Ministério do Desenvolvimento, Indústria,
Comércio e Serviços

Hiago Mendes Guimarães
Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

Yann Evanovick Leitão Furtado
Ministério da Educação

Christiane Souza da Silva
Ministério do Esporte

Lígia Toneto
Ministério da Fazenda

Luiz Paulo Bastos da Silva
Ministério da Igualdade Racial

Seimour Pereira de Souza Filho
Ministério da Justiça e Segurança Pública

Fádia dos Reis Rebouças
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Maria Sandra Pereira de Marrocos
Ministério das Mulheres

Hadassa Freire da Silva Gonçalves Santos
Associação Brasileira de Juristas pela Democracia
- ABDJ
Segurança e Acesso à Justiça

Marisa de Castro Villi
Rede Conhecimento Social
Direitos Humanos

Conselheiros Suplentes - Poder Público

Luana Alves de Melo
Ministério das Cidades

Elisangela Lizardo de Oliveira
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Rodrigo Oliveira de Castro Dias
Ministério da Cultura

Caio do Nascimento Mota
Ministério do Desenvolvimento Agrário e
Agricultura Familiar

Tatiane Moreira Sarubbi
Ministério do Desenvolvimento Social,
Assistência, Família e Combate à Fome

Clayse Moreira e Silva
Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

Laura Eli Padilha de Souza
Ministério da Educação

Ana Elenara da Silva Pintos
Ministério do Esporte

Ana Paula Guidolin
Ministério da Fazenda

Lorena Dantas Simas Cerqueira
Ministério da Igualdade Racial

Daniela Ferreira dos Reis
Ministério da Justiça e Segurança Pública

Nadja Janka
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Kelly Miyuki Oshiro
Ministério das Mulheres

Larissa Bárbara de Oliveira
Ministério dos Povos Indígenas

Maria Lídia dos Santos
Ministério dos Povos Indígenas

Yuri Santos de Brito
Ministério da Saúde

Sonia Ioyama Venâncio
Ministério da Saúde

Ana Lúcia Alencastro Gonçalves
Ministério do Trabalho e Emprego

João Victor da Motta Baptista
Ministério do Trabalho e Emprego

Rodrigo Moreles Canez
Ministério do Turismo

Flávia Andrea Figueiredo Chaves
Ministério do Turismo

Bibiana Moreira Moura
Secretaria de Comunicação Social da
Presidência da República

Luíza de Lena Dutra
Secretaria de Comunicação Social da
Presidência da República

Guilherme Barbosa Rodrigues Fonseca Naves
Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-
Geral da Presidência da República

Nilson Florentino Júnior
Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-
Geral da Presidência da República

Convidados Permanentes

Bianca Garbelini
Confederação Nacional dos Trabalhadores do
Ramo Financeiro - CONTRAF

André Braz Montenegro
Fundação Astrojildo Pereira - FAP

Bruno Oliveira de Magalhães Queiroz
Fundação Ulysses Guimarães - FUG

Artur Juvêncio de Freitas
Instituto de Ativismo Comunitário - Rede Mobilize

CONHECENDO O PACTO PELA JUVENTUDE

O Pacto pela Juventude é uma proposição das organizações da sociedade civil que compõem o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e nesta edição de 2024, o pacto conta com a contribuição de jovens de todo o Brasil que participaram das Etapas da 4ª Conferência Nacional de Juventude, das juventudes partidárias nacionais e de diversas entidades da sociedade civil organizadas na pauta de juventude, para que os vereadores (as) e prefeitos (as) se comprometam com as políticas públicas de juventude, em suas proposições, legislações, ações e programas, e postulantes aos cargos eletivos para que incorporem, em suas plataformas eleitorais, as demandas da juventude brasileira.

IMPORTÂNCIA DO INVESTIMENTO NA JUVENTUDE

A juventude brasileira ainda enfrenta desafios significativos em sua trajetória, principalmente após o auge da pandemia de COVID-19. A crise sanitária expôs e agravou problemas econômicos e sociais que persistem no país, e as juventudes continuam a ser diretamente afetadas, com impactos que colocam em risco seu futuro. Apesar desse cenário adverso, os jovens brasileiros possuem o potencial para serem protagonistas na superação desses desafios, contribuindo ativamente para a reconstrução e o desenvolvimento do país.

Nesse sentido, se faz necessário vislumbrar a juventude como uma potencialidade, capaz de transformar o futuro e o presente. No entanto isso só é possível se os e as jovens tiverem garantidos direitos e condições de vida adequadas durante o processo de encerramento do bônus demográfico, transitando de forma segura e saudável da adolescência para a idade adulta e adquirindo as habilidades necessárias para encontrar bons empregos e ter sucesso em uma economia dinâmica, além de ajudar no aumento da produtividade brasileira. Ao desfrutar de seus direitos, criamos as condições para que a juventude alcance seu pleno potencial criativo. Assim, é necessária uma variedade de políticas e programas com foco no público juvenil no intuito de construirmos um presente e um futuro melhor para o Brasil e o povo brasileiro.

HISTÓRIA DO PACTO PELA JUVENTUDE

Sua primeira edição ocorreu nas eleições municipais de 2008 e teve como objetivo reforçar os parâmetros e diretrizes da Política Nacional de Juventude, além de manter e divulgar o debate em torno das resoluções da 1ª Conferência Nacional de Juventude, que mobilizou mais de 400 mil pessoas. Nas eleições de 2010 e 2012, as edições do

Pacto tiveram como objetivo a construção conjunta de uma agenda pública de juventude, de modo a garantir os direitos dos cerca de 50 milhões de brasileiros e brasileiras com idade entre 15 e 29 anos.

Em 2014 e 2016, reafirmou-se os desafios ainda não resolvidos pelas políticas públicas de juventude, como o enfrentamento à altíssima mortalidade de jovens negros, a superação da ideologia do suspeito padrão que é sempre jovem e negro, morador das periferias; a elevação da qualidade da educação em todos os níveis, a promoção de políticas que oportunizem a juventude a conciliação do trabalho, estudo e vida familiar; fortalecer as iniciativas culturais da juventude e a oferta de equipamentos públicos culturais nas cidades e territórios; garantir uma política de mobilidade urbana que estimule a vivência e a circulação da juventude nas cidades e campo; democratizar a comunicação; assegurar um Estado laico; aproveitar o bônus demográfico e utilizá-lo como motor do desenvolvimento, garantindo ampliação dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação, alta qualificação e forte incentivo ao desenvolvimento de novas patentes.

Na edição de 2018, o Pacto pela Juventude foi baseado nas resoluções da 3ª Conferência Nacional de Juventude, que teve como eixos prioritários o combate à redução da maioria penal e pelo cumprimento efetivo das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto da Juventude, a luta pelo processo de Reforma Agrária e regularização fundiária, bem como o reconhecimento e demarcação de terras pertencentes a povos e comunidades tradicionais, e a implantação do Sistema Nacional de Juventude composto por órgãos gestores, conselhos e a criação de fundos públicos de juventude, nas três esferas administrativas. Além disso, levou-se em conta a importância do comprometimento com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais tem metas até 2030.

Na edição de 2020, o Pacto pela Juventude foi revitalizado com contribuições significativas dos órgãos de juventude dos governos estaduais, das juventudes partidárias nacionais e de diversas entidades da sociedade civil. Este período foi marcado pela ausência da 4ª Conferência Nacional de Juventude, que deveria ter sido realizada em 2019, mas só ocorreu em 2023. Diante disso, o Pacto de 2020 focou em garantir que governos e parlamentares na esfera municipal se comprometessem com as políticas públicas de juventude em suas ações, programas e plataformas eleitorais. Além disso, o Pacto passou a dividir as propostas de forma mais estruturada, entre aquelas dirigidas ao Executivo e ao Legislativo, abordando temas divididos de acordo com cada direito do Estatuto da Juventude, além de incluir um eixo específico para “modernização da administração pública para a juventude”.

Foram realizadas centenas de atividades nessas edições. Como resultado, verificamos que o Pacto e a mobilização permanente dos movimentos e organizações juvenis colaboraram para a aprovação da PEC da juventude em 2010, com a inclusão da juventude brasileira na Constituição Federal, e a vitoriosa luta que culminou na aprovação e sanção presidencial do Estatuto da Juventude em 2013, Carta de Direitos da Juventude brasileira em tramitação desde 2004 no Congresso Nacional que trata desde o acesso à educação, trabalho e cultura, direito ao território, participação, direito à cidade e mobilidade urbana, transversalizando as questões de gênero, étnico raciais, deficiência, jovens indígenas, quilombolas, ribeirinhos. Assim, indicou-se que a consolidação de políticas públicas como políticas de Estado seria uma resposta efetiva aos desafios de desenvolvimento de nosso país. Tal desenvolvimento deveria ter o Estado como indutor, propiciando condições de ascensão social e garantindo direitos específicos que tornassem a vivência juvenil uma trajetória de emancipação, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude.

PACTO PELA JUVENTUDE: Um Compromisso Urgente com o Futuro das Cidades

As juventudes brasileiras enfrentam desafios significativos que exigem atenção imediata e comprometimento concreto por parte dos gestores públicos. Nas cidades, que são o epicentro da vida social, econômica e política, os jovens lidam diariamente com questões complexas, como a violência, o acesso desigual à educação e ao trabalho, a falta de oportunidades de lazer e cultura, e a necessidade urgente de mobilidade urbana inclusiva. Essas questões são agravadas pela realidade da discriminação por raça, gênero, religião e orientação sexual, afetando especialmente jovens negros, LGBTQIAPN+, mulheres, pessoas com deficiência e aqueles que vivem nas periferias.

A pandemia de COVID-19 trouxe à tona e amplificou esses problemas, expondo as fragilidades das políticas públicas que, em muitos casos, não conseguem atender adequadamente às necessidades dessa população. A juventude, que representa uma parcela expressiva e vital da população, tem o potencial de ser a força motriz para a transformação e o desenvolvimento sustentável das nossas cidades. Contudo, para que possam exercer esse papel, é imprescindível que lhes sejam garantidos direitos e condições de vida dignas, que promovam sua transição segura e saudável para a vida adulta.

Neste contexto, o Pacto Pela Juventude emerge como um instrumento essencial para a consolidação e o controle de políticas públicas que realmente reflitam os anseios e as necessidades das juventudes brasileiras. Ao comprometer candidaturas à prefeitura e

aos legislativos municipais com a implementação de ações concretas e transversais, esse pacto visa a construção de cidades mais justas, inclusivas e seguras para todos.

Entre as prioridades destacadas, estão a prevenção da mortalidade juvenil, com foco particular na juventude negra, o fortalecimento da educação pública e inclusiva, a criação de oportunidades de trabalho decente, e a garantia do direito à cidade, com avanços significativos em políticas de mobilidade urbana e no acesso a equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer. Além disso, o combate às diversas formas de discriminação e a promoção de uma participação ativa e representativa dos jovens nas decisões políticas são pontos cruciais para a efetividade desse compromisso.

Este Pacto Pela Juventude é, portanto, um chamado à ação. É o reconhecimento de que, para construir um futuro melhor para as nossas cidades, é necessário investir na juventude hoje. Somente assim poderemos garantir que os jovens tenham as ferramentas e as oportunidades necessárias para serem protagonistas da mudança que tanto desejamos.

COMPROMETIMENTO COM A JUVENTUDE

Permanecemos com grandes desafios no que tange a construção de políticas públicas voltadas à garantia do direito à vida, educação, trabalho, cidade e participação. Com a implementação de ações transversais a partir de temas de importante relevância como: o fim da violência contra a juventude que incide, sobretudo, na juventude negra; a ampliação do acesso à educação; o trabalho decente; o direito à cidade, avançando nas políticas de mobilidade urbana; as oportunidades de permanência da juventude no campo, garantindo a sucessão rural e fortalecendo a educação no campo; a promoção do acesso a equipamentos públicos de cultura, esporte, lazer; e o combate às discriminações de raça, gênero, religião e orientação sexual. O anseio à participação por parte da juventude nas decisões e nas escolhas de prioridades que garantam a elevação da qualidade dos serviços públicos não pode ser visto de maneira menor. Torna-se, assim, preponderante a construção de um Pacto Pela Juventude que se baseia em tais questões para que tenhamos, a partir daí, um instrumento de consolidação e controle de políticas públicas que carreguem os desejos da juventude brasileira. Deste modo, apresentamos aqui as nossas proposições da oitava edição do Pacto Pela Juventude.

PROPOSTAS

EIXO 1 - Cidadania, Participação Social e Política e Representação Juvenil

Executivo:

Realizar a Conferência Municipal de Juventude em 2027, em conformidade com o artigo 43 da Lei 12.852/2011 (Estatuto da Juventude) e com o Regimento Interno da 5ª Conferência Nacional de Juventude, garantindo ampla participação dos jovens em todas as etapas do processo.

Criar ou garantir a continuidade do Conselho Municipal de Juventude, assegurando a participação de representantes dos mais diversos grupos sociais, incluindo gênero, raça, etnia, orientação sexual, juventudes indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de comunidade tradicionais, povos originários e jovens em situação de vulnerabilidade, para garantir a pluralidade e representatividade nas decisões políticas voltadas à juventude.

Criar Centros ou Casas da Juventude, como espaços que promovam o acesso ao esporte, ao lazer e à cultura, o fomento à participação política e à formação das juventudes, a divulgação e a implementação de políticas públicas, incluindo ações de prevenção ao uso de drogas e cursos profissionalizantes.

Legislativo:

Propor a criação de Renda Básica de Cidadania Municipal da Juventude, para pessoas entre 16 e 29 anos, em situação de vulnerabilidade social e à margem do mercado formal de trabalho.

Implementar o Programa Parlamento Jovem, de preferência via projeto de Lei, que promova a visitação dos jovens nas Câmaras Municipais e a Criação de Escola do Legislativo com Proposta de projetos apresentados pelo parlamento jovem.

Aprovar Projeto de Lei, à luz da Lei 11.129, de 30 de junho de 2005, que cria, preferencialmente, Secretaria/Fundação Municipal Juventude e Conselho Municipal de Juventude, consolidando a rede de organismos de juventude.

EIXO 2 - Educação

Legislativo:

Criar políticas municipais que fortaleçam a educação para a cidadania digital, integrando componentes curriculares obrigatórios sobre cultura digital e formação continuada de professores, conforme a Política Nacional de Educação Digital (Lei 14.533/2023).

Aprovar projeto de lei que institua o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) associado à criação de creches noturnas, com o objetivo de reduzir a evasão escolar, proporcionando suporte necessário para que os jovens possam continuar seus estudos em horários alternativos.

Executivo:

Desenvolver e implementar políticas municipais que promovam a educação escolar indígena e rural, incluindo a produção de materiais didáticos específicos e bilíngues.

Garantir transporte intracampo eficiente para estudantes e promover a inclusão digital nas escolas rurais, assegurando que todos os alunos tenham acesso à educação de qualidade, independente da localização geográfica.

EIXO 3 - Profissionalização, Trabalho e Renda

Legislativo:

Criar leis que facilitem o empreendedorismo juvenil, reduzindo barreiras financeiras e burocráticas, além de estimular a inovação e a criação de novas soluções no mercado de trabalho.

Aprovar uma Lei Municipal que institua uma Política Municipal de fomento ao Primeiro Emprego, Estágios e Jovem Aprendiz, como uma política pública efetiva, com foco na inclusão social e profissional dos jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade.

Executivo:

Implementar Centros Profissionalizantes para jovens com cursos de até um ano de duração, focados em habilidades tecnológicas e economia criativa, visando fomentar a produção tecnológica e a geração de renda juvenil, atendendo às demandas locais.

Estimular a geração de empregos locais por meio de incentivos fiscais e financeiros para empresas que criarem empregos para jovens de comunidades rurais e áreas periféricas do município, como forma de combater o êxodo rural e gerar oportunidades de emprego para os jovens em seus próprios territórios.

EIXO 4 - Diversidade e Igualdade

Legislativo:

Implementar um protocolo padrão para garantir que as escolas municipais estejam preparadas para atender e apoiar crianças e adolescentes vítimas de racismo, promovendo um ambiente educacional seguro e inclusivo.

Aprovar legislação que assegure a presença de acompanhantes especializados nas escolas municipais para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), garantindo o suporte necessário para seu pleno desenvolvimento educacional.

Executivo:

Desenvolver e implementar campanhas de sensibilização em nível municipal para promover o respeito à diversidade e combater o preconceito, discriminação e racismo, com foco especial nas escolas e nos meios de comunicação.

Criar e ampliar políticas públicas municipais voltadas para a promoção da igualdade e inclusão social de pessoas LGBTQIAPN+, com foco em pessoas trans e travestis, negras, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e povos originários, bem como pessoas com deficiência, incluindo a instituição de cotas e reserva de vagas específicas para esses grupos em diferentes áreas de acesso e oportunidades.

EIXO 5 - Saúde

Legislativo:

Criar uma Comissão no âmbito da Câmara Municipal voltada para a promoção da saúde mental entre as juventudes, com o objetivo de ampliar as ações de saúde mental para além do ambiente escolar e promover iniciativas em toda a comunidade.

Garantir a implementação de um projeto de lei sobre dignidade menstrual, bem como implementar o Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual, direcionados a pessoas que menstruam.

Executivo:

Implementar um programa municipal intersetorial que promova a saúde sexual, reprodutiva e a redução de riscos entre a juventude, incluindo migrantes, refugiados/as, apátridas e outros grupos vulneráveis, assegurando o acesso à informação, serviços de saúde e apoio necessários.

Criar Observatório Municipal da Juventude que diagnostique, de forma permanente, a situação da juventude em relação à saúde e ao bem-estar e proponha e fiscalize políticas públicas para o segmento.

EIXO 6 - Cultura

Legislativo:

Desenvolver e aprovar uma legislação que proteja e promova as expressões culturais regionais, assegurando a preservação e valorização do patrimônio cultural local.

Aprovar um projeto de lei que institua o Circuito Periférico de Cultura, promovendo eventos como shows, peças de teatro, exposições artísticas e desfiles de moda nas periferias, com o objetivo de democratizar o acesso à cultura e valorizar a produção cultural local.

Executivo:

Implementar políticas públicas municipais que promovam a regularização e formalização dos trabalhadores jovens da cultura, assegurando direitos e benefícios sociais para esses profissionais.

Realizar mapeamentos periódicos, resgatando as manifestações culturais das juventudes nas zonas urbanas, nas comunidades rurais, em assentamentos, territórios quilombolas, indígenas, ciganos, ribeirinhos e nos terreiros de matriz afro-ameríndia. Disponibilizar, anualmente, um mapa municipal com artistas e atividades culturais das juventudes.

Criar editais específicos para jovens ou reservar vagas em editais municipais existentes, garantindo oportunidades específicas para a juventude em projetos culturais, esportivos, de inovação e empreendedorismo, com o objetivo de incentivar a participação ativa dos jovens em iniciativas locais e promover seu desenvolvimento pessoal e profissional.

EIXO 7 - Comunicação e Liberdade de Expressão

Legislativo:

Criar leis que instituem programas de formação em educação midiática para a juventude, com base em princípios democráticos, visando capacitar os jovens a interpretar, produzir e disseminar informações de forma crítica e consciente.

Criar projeto de lei para instituir um plano de comunicação municipal que envolva ações televisivas, web rádio, podcasts e redes sociais, em parceria com os grêmios estudantis e entidades juvenis. O objetivo é promover debates e discussões, incentivando a participação ativa da juventude na esfera pública e garantindo a escuta de suas vozes, ideias e demandas.

Executivo:

Implementar políticas municipais que garantam a universalização do acesso gratuito e significativo à internet em áreas urbanas, periféricas, rurais, comunidades tradicionais e isoladas, incluindo espaços públicos como praças, escolas, transporte público e estações.

Criar e fortalecer os espaços de juventude com a regionalização dos CRJ – Centros de Referência das Juventudes, por meio de ação do poder público, em parceria com a sociedade civil, e garantir a presença dos Conselhos de Juventude do Movimento Estudantil em espaços escolares de debates.

EIXO 8 - Desporto e Lazer

Legislativo:

Criar lei municipal que disponibiliza bolsas para atletas de base, visando identificar talentos locais e oferecer treinamento de qualidade em diversas modalidades esportivas.

Fomentar e fortalecer iniciativas que promovam a inserção dos jovens no esporte, assegurando oportunidades para sua participação em eventos esportivos estaduais e nacionais.

Executivo:

Implementar políticas públicas que fomentem a prática de jogos eletrônicos, desenvolvimento de motores gráficos e a realização de eventos de esportes eletrônicos voltados para a juventude, visando a criação de polos de produção tecnológica em softwares e games no município.

Melhorar e expandir as instalações desportivas, assegurando a diversidade de modalidades esportivas e a inclusão de comunidades rurais e áreas menos favorecidas. Isso inclui a construção, manutenção e modernização de quadras, campos, academias ao ar livre e espaços para práticas esportivas, além da disponibilização de profissionais capacitados para atendimento em horários que atendam às necessidades de diferentes públicos.

EIXO 9 - Território e Mobilidade

Legislativo:

Aprovar lei que crie no âmbito municipal a Plataforma Municipal de Territórios Tradicionais e assegure o direito à permanência das juventudes de povos e comunidades tradicionais (PCT) em seus territórios no município, com base nas demandas registradas. A lei também deve incluir essas juventudes como protagonistas na formulação e implementação de políticas públicas nas áreas de educação, transporte, saneamento, saúde, energia, cultura e valorização da identidade cultural, e promover ações de valorização da sociobiodiversidade dos PCT.

Instituir o Passe Livre Cultural, que permita o acesso gratuito à mobilidade urbana para que a juventude participe de atividades e eventos em aparelhos culturais do território.

Executivo:

Promover a criação, o desenvolvimento e a readequação de ciclovias e ciclofaixas, proporcionando sustentabilidade, acessibilidade e segurança, e facilitar o acesso, a utilização e/ou a compra de bicicletas para os jovens.

Promover políticas de acessibilidade e mobilidade para pessoas com deficiência (PCD), contemplando as suas diversidades. Assegurar a participação ativa das juventudes com deficiência na construção dessas políticas, de programas legislativos.

EIXO 10 - Sustentabilidade e Meio Ambiente

Legislativo:

Aprovar uma lei que institua um Plano Municipal de Adaptação Climática, com a participação ativa de movimentos de juventudes, idealmente por meio do Conselho Municipal de Juventude. O plano deve incluir metas e indicadores segregados que abordem as especificidades das juventudes, considerando suas pluralidades, tanto por áreas das políticas públicas quanto por questões socioeconômicas.

Desenvolver e aprovar legislação que promova a educação ambiental crítica em instituições educacionais municipais, integrando práticas pedagógicas que estimulem a conscientização e o engajamento dos estudantes nas questões ambientais e de sustentabilidade.

Executivo:

Implementar a criação de Centros de Formação Educacional e Profissional em territórios tradicionais, com foco em capacitar as juventudes locais para atuar em áreas relacionadas à sustentabilidade, preservação ambiental e desenvolvimento econômico sustentável, respeitando as especificidades culturais e socioambientais desses territórios.

Criar nas escolas projetos de hortas comunitárias organizadas pela juventude e com acompanhamento de estudantes de agronomia e áreas afins.

EIXO 11 - Segurança Pública e Acesso à Justiça

Legislativo:

Aprovar lei que implemente a escuta protegida para jovens e adolescentes vítimas de violência sexual, além de desenvolver programas de educação sexual nas escolas municipais, com acompanhamento em núcleos de bairro e instituições escolares.

Garantir iluminação em espaços de juventude (escolas, praças, igrejas, faculdades, centros culturais e áreas de risco).

Executivo:

Desenvolver um plano municipal integrado, coordenado pela prefeitura, para prevenir a mortalidade juvenil, o suicídio e combater a violência, com foco na juventude negra, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, mulheres e comunidades periféricas e tradicionais.

Instituir campanhas e programas, em parceria com organizações da sociedade civil, escolas e universidades, para informar de forma acessível sobre os direitos previstos no Estatuto da Juventude, com foco especial em segurança pública e acesso à justiça.

EIXO 12 - Modernização da Administração Pública para a Juventude

Legislativo:

Discutir e aprovar o projeto de lei que cria o Fundo Municipal de Juventude, assegurando a alocação de recursos específicos para financiar políticas públicas de juventude, geridos pelo Conselho Municipal de Juventude.

Criar e implementar um Plano Municipal de Juventude com duração de dez anos, estabelecendo objetivos e metas claras, com ampla participação social em sua formulação e execução.

Executivo:

Fomentar a criação ou o fortalecimento de órgãos municipais protagonizados pela juventude, garantindo sua representação em outras cúpulas municipais, a fim de melhorar a qualidade das discussões e debates sobre políticas públicas.

Encaminhar à Câmara Municipal o projeto de lei que institui o Fundo Municipal de Juventude, destinando recursos específicos para financiar políticas públicas de juventude, com gestão do Conselho Municipal de Juventude.

Adotar medidas para garantir a adesão plena ao Sistema Nacional de Juventude (Sina-juve), integrando as políticas públicas municipais com as diretrizes nacionais e fortalecendo a articulação dos Conselhos Municipais de Juventude com outros entes federativos.

CARTA COMPROMISSO

Eu, _____

do partido _____

candidato ao cargo de, assumo compromisso de apoiar politicamente o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), implementando as propostas apresentadas neste Pacto da Juventude.

Local e data

Nome completo e/ou nome social (Decreto no 8.727/2016)

Assinatura

Contato do candidato:

E-mail

Telefone

